OS DESAFIOS E AVANÇOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PELA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALDEIA ÁGUAS CORRENTES/TERRITORIO INDIGENA UMUTINA-MT

THE CHALLENGES AND ADVANCES IN RAISING FINANCIAL RESOURCES BY THE COMMUNITY ASSOCIATION ALDEIA ÁGUAS CORRENTES/INDIGENOUS TERRITORY UMUTINA-MT

Hélio Monzilar Filho
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
heliomonzilar52@gmail.com

Angela Ester Mallmann Centenaro
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
a.centenaro@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): << GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural>>

Resumo

A pesquisa propõe analisar o mecanismo de captação de apoio financeiro não reembolsável, via chamada publica para atender demandas de organização social na categoria de associação sem fins lucrativos, de direito privado, aplicado em projeto de empreendimento solidário desenvolvido por uma organização de base comunitária para atender direitos sociais, numa perspectiva da ética humana solidaria e de autogestão. No entanto, as linhas de credito, seja de custeio ou investimento são pouco acessíveis às organizações, devido aos critérios estabelecidos pelos editais, seja pela titulação de terra, taxa de juros, entre outras. Assim, passamos a indagar, quais linhas de crédito atendem a expectativa das organizações indígenas; considerando que os indígenas, através de suas entidades (associação e/ou cooperativas), são sinônimo de autodeterminação e autonomia, pautadas nas escolhas dos indígenas na forma de ser e viver. O desenvolvimento da pesquisa conta com levantamento de dados, via site de revista cientifica, livro, entre outros. A proposta de pesquisa, consiste em demonstrar os desafios e avanços em captar recursos financeiros pelas organizações sociais, a partir de experiencias de organizações sociais locais. Identificou-se desafios como organização da associação e morosidade do processo e avanços adquiridos com o projeto como a instalação de internet durante a pandemia.

Palavras-chave: Recursos Financeiros Não Reembolsáveis. Organização Indígena. Associação.

Abstract

The research proposes to analyze the mechanism for attracting non-refundable financial support, via public call to meet the demands of a social organization in the category of non-profit association, under private law, applied in a solidarity enterprise project developed by a community-based organization to meet social rights, from a perspective of human solidarity ethics and self-management. However, credit lines, whether for funding or investment, are not very accessible to organizations, due to the criteria established by the public notices, whether by land titling, interest rate, among others. In this way, we began to inquire which lines of credit meet the expectations of indigenous organizations; Considering that indigenous peoples, through their entities (associations and/or cooperatives), are synonymous with self-determination and autonomy, based on the choices of indigenous people in the way they live and live. The development of the research relies on data collection, via the website of a scientific journal, book, among others. The research proposal consists of

demonstrating the challenges and advances in raising financial resources by social organizations, based on the experiences of local social organizations. Challenges were identified, such as the organization of the association and the slowness of the process and advances acquired with the project, such as the installation of internet during the pandemic.
Keywords: Non-reimbursable financial resources. Indigenous Organization. Association

1. INTRODUÇÃO

As associações componentes da Organização da Sociedade Civil (OSC), assim como as demais organizações sem fins lucrativos, dependem de aporte financeiro, de fontes interna e externa, "e busca estratégias para captação de recursos" (LAS-CASA et.al, 2021, p.1), via três setores: recurso governamental, geração de renda e recurso privado", para financiar suas atividades, compreendendo (custeio e/ou investimento) de infraestrutura para desenvolver suas atividades. Algumas optam pela busca ativa de captação de recursos vias chamadas públicas.

A temática sobre captação de recursos financeiros chama a atenção pela diversidade de linhas de financiamento público e privado. Recursos estes que são frequentemente, demandados pelas organizações sociais para o desenvolvimento de suas ações e projetos. Apesar das opções, ainda, se deparam com concorrência desigual entre os proponentes de projetos, tendo em vista que algumas instituições não possuem credibilidade no mercado, pela pouca experiência e oportunidade, enquanto outras, já mais estáveis no mercado, possuem mais credibilidade e experiência e, portanto, preferência na contemplação.

Nos estudos realizados sobre captação de recursos financeiros, identificamos quatro modalidades de financiamento: recurso próprio, incentivo fiscal, reembolsáveis e não reembolsáveis destinados a projetos implementados pela sociedade civil organizada (cooperativa, associação, etc.).

Uma das dificuldades do povo Balatiponé/Umutina, objeto deste estudo, enfrentadas para acessar os recursos não reembolsáveis é devido à amplitude dos editais a nível nacional, abertos tanto para organizações com fins lucrativos como não lucrativos aderindo assim, um número expressivo de participação dos proponente de projeto, o tempo entre o lançamento do edital ao primeiro desembolso em porcentagem, principalmente em financiamento não reembolsável, já que a demanda por esse tipo de financiamento, cresce entre a sociedade civil organizada para atender direitos e interesse da sociedade, surge como opção que vem de encontro a necessidade e realidade das organizações indígenas, que tem em seu modo de produção a solidariedade, cooperação, democracia e autogestão, típica de empreendimento solidário.

No entanto, a limitação do acesso ao recurso é identificada em recursos humanos "as principais dificuldades em relação à captação de recursos é a falta de uma equipe técnica para elaboração dos projetos e não utilização de ferramentas básicas de gestão, como os de marketing" (FRANK & SERAFIM, 2008, p.1).

Segundo Souza (2019) os maiores desafios na gestão das organizações sociais, se desdobra em diversas nuances. A autora destaca os cincos maiores desafios, dentre elas estão a mão de obra qualificada, acompanhamento das mudanças e das novas exigências do setor, captando recurso, estar sempre atento ao alinhamento de percurso do projeto: Fortalecimento da importância, relevância e transparência do seu trabalho e da sua causa).

Os desafios vão muito além das questões técnicas, são questões pontuais manifestada dentro da própria organização.

Como objetivo geral esse trabalho procurou analisar os avanços e desafios encontrados no mecanismo de captação de apoio financeiro não reembolsável, via chamada pública para atender demandas da Associação Comunitária Aldeia Águas Correntes/Território Indígena Umutina, aplicado num projeto de empreendimento solidário desenvolvido para atender direitos sociais, numa perspectiva da ética humana solidária e de autogestão.

2 OS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DE MATO GROSSO E OS RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

O censo do IBGE de 2010, mostra que a população brasileira soma 190.755,799 milhões de pessoas, das quais 817.963 mil são indígenas, que corresponde a 5,2% da população brasileira, representando 305 diferentes etnias indígenas, falantes de 274 linguas. Em Mato Grosso são 43 povos indigenas, que correspondem a 42.538 mil , ou seja, 1,4% do total da população matogrossense que chegam em torno de 3 milhões de habitantes.

A noção de território indígena ou etnoterritório recupera o sentido e a força do espaço simbólico e cosmológico de lugar e habitat tradicional e ancestral dos povos indígenas, uma que com a tradição de relembrar os tempos dos antigos, os povos indígenas nunca ficam sem território. Pois é o território de onde saíram e onde estão presente nos rituais, nas crenças e principalmente, nas histórias e mitos de criação.(...)

O trabalho desenvolvido pelo povo indígena Balatiponé/Umutina, objeto desta pesquisa, é realizado, pela sua maioria pelas mulheres indígenas do território Umutina, e considerada a principal fonte da economia, complementando a renda do núcleo familiar. Os artesãos indígenas do território produzem uma quantia considerável de produtos artesanais, agrícolas, suficientes para abastecer o mercado consumidor conquistado.

O processo histórico de contato do governo e os povos indígena se desenvolveu de forma antagônica. Devido interesse existente dos europeus quanto a maravilha dos recursos naturais existente no território brasileiro. O que originou um processo de conflito, resistência e submissão dos indígenas a vontade do governo. No entanto, a resistência indígena se intensificava e se fortalecia principalmente quando havia a penetração do europeu no interior do país pela busca de pedra preciosas, expansão das fazendas, entre outros interesses.

A ação do governo expande a todo o povo indígena brasileiro, inclusive no povo indígena Balatiponé/Umutina, que passa a sofre as consequências do projeto colonial, desde o primeiro contato que se teve em 1797, identificado por Ricardo Franco de Almeida Serra (1995) que o grupo localizava-se nas margens do rio Sepotuba, afluente do médio Paraguai, conhecidos pelos não indígenas como barbados, devido ao uso de longas barbas[1].

O contato com os neobrasileiros não foram muito amistosos numa sucessão de conflitos, a qual ocasionou uma migração rumo a Alto Paraguai, sendo forçado a abandonar seus lares e sua fonte de subsistência e se deslocar continuamente, em função das invasões que sofriam, chegando a permanecer temporariamente no médio Paraguai, muito antes de chegar ao alto Paraguai[2].

No entanto, em 1862, constata-se a fixação relativa dos Balatiponé nas margens do rio Bugres, afluente do Alto Paraguai, ou seja, o percurso continuava antes de chegar no destino

[1] LIMA, Stella Virgínia Telles de Araújo. A língua *Umutina*: um sopro de vida. Letras digitais – Teses e Dissertações originais em formato digital. UFPE, RECIFE, 1995.p.18.
[2]LIMA, Stella Virgínia Telles de Araújo. A língua *Umutina*: um sopro de vida. Letras digitais – Teses e Dissertações originais em formato digital. UFPE, RECIFE, 1995.

final que é atualmente, ou seja, no Alto Paraguai, sendo o rio Bugre, também, chamado de rio Branco, rio Barbados e também de Tapirapoan, localizava-se o aldeamento dos Balatiponé, com aproximadamente 400 pessoas, sustentando-se da caça, pesca, dos frutos espontâneos do solo[3].

Portanto, pode-se dizer que desde fins do século XIX o grupo já ocupava a área compreendida entre o rio Bugre e o rio Paraguai, de maneira que a grande hipótese que a bacia do Paraguai seja o ponto de referência máxima do grupo indígena, fortemente apresentado pelos relatos das lendas Balatiponé, cuja narrativa se faz presente na referência do rio[4].

Em 1911 deu-se início a "pacificação" do Povo Indígena Balatiponé pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Os indígenas nesse período viviam espalhados em grandes malocas e se mantendo uma população em torno de 400 pessoas, número que corresponde a de 1862. No entanto, de acordo com os neobrasileiros, afirmavam a existência de 1.000 indígenas *Balatiponé* na ocasião do primeiro contato, sendo dizimados, provavelmente em função dos constantes conflitos entre indígena e neobrasileiros.

Os indígenas da mata, chamados independentes, resguardavam, na medida do possível, seus costumes e tradições, preservando a forma de ser e viver, como no caso da vestimenta, alimentação, moradia, etc. Por outro lado, os indígenas do posto ou da aldeia passaram a viver de acordo com *o modus vivendi* do não indígena[5].

O estado de desorganização tem aumentado e contribuindo para a ida das mulheres para o centro urbano, fugindo da fome e em busca de novas oportunidades, deixando para trás maridos e filhos, ocorrido na década de 70[6]. Portanto, o contato com os neobrasileiros foi para os povos indígenas, a qual inclui o povo indígena Balatiponé um caos que se caracterizou em dois momentos distintos: pelas armas e pela introdução de enfermidades mortífera, dizimando, desarticulando, até mesmo a vontade de viver e se defender[7], foram obrigados a abandonar seu estilo de vida para viver o estilo de vida imposto pelos neobrasileiros em função dos danos sofridos. Caracterizando, assim, a coexistência de estágios de vida diversa de um mesmo povo, marcada pela morte física e cultural de sua gente.

De forma mais impactante aos indígenas do Posto Indígena, sem opções ou condições de defesa, assimilaram rapidamente as ordens do SPI que desencadeou um processo de derrocada cultural, associada à mortalidade e do outro a imposição de um contato forçado com outras etnias[8].

Neste contexto das relações interétnicas e interculturais, a forma de organização se transformou com a introdução de novos hábitos na cultura e introdução de elementos da cultura não indígena.

O modelo de educação ocidental é um dos elementos introduzidos na cultura Balatiponé, desde os primórdios da colonização, através de igreja católica, com intuito de catequizá-los e civilizá-los, ocasionando impacto negativo na vida indígena.

Neste contexto os indígenas Balatiponé/Umutina passaram a desenvolver diversas atividades num sistema de aprendizagem, tais como: fabricação de telhas e tijolos, criação de gado, porcos, lavoura, fabricação de calçados. Num âmbito de relação política e econômica em detrimento do religioso praticada no século XIX. Ocorrendo, assim a "pacificação dos

[3] IDEM.
[4] IDEM.
[5] IDEM.
[6] IDEM.
[7] IDEM, p.22.
[8] IDEM, p. 22.

indígenas" e a própria integração à sociedade nacional. Sendo a instituição escola uma forte aliada da política de integração.

A escola foi construída pelo órgão do governo, através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na aldeia indígena Umutina em 26 de maio de 1943 com material produzido pelos próprios indígenas. A iniciativa tinha como missão a "integração indígena" a comunhão nacional, cujo processo visava a formação de mão de abra indígena para fazer frente aos trabalhos do órgão. Os indígenas Balatiponé foram instruídos por religiosos e funcionários do SPI. A escola foi utilizada também como ferramenta de comunicação entre o indígena e não indígena, através do aprendizado da leitura e escrita, bem como da evangelização dos indígenas, trazendo impacto negativo, inclusive no saber tradicional indígena Balatiponé/Umutina.

Isso ocorreu em toda sua dimensão de organização, inclusive no sistema de produção da economia local, na condição de extrativista de alimento da natureza que fornecia frutos, tubérculos, cogumelos e mel de abelhas silvestres. A caça e a pesca utilizando instrumento tradicional como arco e flecha, usando, tanto o cipó timbó ou não na arte de pescar.

Por conta da educação formal introduzida na cultura Balatiponé, os indígenas passaram a produzir diversas espécies da cultura agrícola, das quais o milho, que transformava em pães, bijus, mingaus, milho assado e cozido e chicha não fermentada. Além da produção de mandioca, cará, feijão-fava e miúdo, bananas, melancias, pimenta, algodão, urucum e alguns outros mais, entre outras atividades da cultura e incorporada à cultura indígena.

No contexto atual, o povo indígena Balatiponé/Umutina, em seu apanhado histórico, pode ser analisada por meio da construção histórica do etnoterritório indígena entre os Rio Bugres e Alto Paraguai, ou seja o "grupo étnico ou etnia são entendidos, neste texto, como produtos coloniais e não como entidades sociais residuais a serem descritas e preservadas como expressão cultural original e pura em extinção" (CAVALCANTE, 2011, p. 353), do mesmo modo como a etnopaisagem não é uma categoria fixa, prévia ao contato, original, mas sim resultado de deslocamentos, misturas, conflitos interétnicos, contestação, demarcação de fronteiras e defesa do controle de territórios e de seus recursos garantidores da vida (ESCOBAR, 2015), assim como ocorreu com esse povo que teve seu deslocamento pelo território mato-grossense.

No contexto atual, a partir da resistência histórica e atual indígena e do povo indígena Balatiponé/Umutina, urge a necessária reorganização do território e comunidade, visando o desenvolvimento de todo o potencial existente no território, seja na área da cultura, educação, saúde, infraestrutura, economia, entre outras, considerando a existência de novas aldeia e portanto nova forma de organização autônoma, mas interligado num todo no âmbito territorial. Essa reorganização se deu através de várias formas, uma delas a Associação Comunitária da Aldeia Águas Correntes – ASCOMAC.

A Associação foi a responsável por atrair recursos financeiros para o território Balatiponé/Umutina através de recursos não reembolsáveis.

Esses recursos são fontes de apoio a projetos de instituições pública/privada, pleiteada por micro empresa, empresa de pequeno porte, micro empreendedorismo individual -MEI, que possam usar o recurso financeiro para desenvolver seus negócios ou para implementar uma ideia inovadora, sem devolução, porém se faz necessário prestar conta ao financiador.

A captação de recursos advindo da iniciativa privada, pode ocorre por pessoas jurídica de direito privado, são fontes de recursos que pode ser acessada pelas organizações do terceiro setor na modalidade de "doação"[9], que pode ser beneficiada ou não por incentivos fiscais.

Segundo a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras – ANPEI, os recursos financeiros que visa fomentar a inovação no País estão disponíveis para empresas e organizações de todos os portes, incluindo Startups, por meio de financiamento reembolsáveis, não reembolsáveis (subvenção econômica) e incentivos fiscais (ANPEI, 2020).

Dentre as fontes de captação de recursos não reembolsáveis temos:

a. advindo de doações individuais; b. venda de produtos ou serviços pela própria instituição; c. eventos para arrecadar recursos; d. mala direta/telemarketing: contato direto e via telefone a doadores que conhecem as Ongs; e. Email *marketing*: impactar o número grande de doadores; f. Financiamento coletivo ou *crowdfunding*: campanha de captação em uma plataforma; g. Arrecadação *face-to-face*: arrecadação cara a cara nas ruas das cidades; h. Parcerias com bares e restaurantes; i. Contrato de parceria com o governo; j. Leis de incentivo fiscais: criado pelo governo com objetivo de estimular pessoas físicas e jurídicas a doarem parte de seu imposto para as Ongs; k. Financiamento bancário; l. Doação direta de pessoas jurídicas internacional; m. Doação direta de pessoa jurídica nacional; n. Aceleradora; o. Inovativa Brasil: recebe qualquer tipo de negócios, premia, apenas um proponente empreendedor; p. Oxigênio (porto seguro): financia até 500 mil reais, seguro, automotivo, solução financeira, consorcio, segurança, saúde; q. *Shark tank* Brasil; u. Incubadora: financia curso, network, espaço físico para eventos, reuniões; v. Captação via edital público/privada, seja via (CNPq, FAPESP, FINEP, FAPE, etc.), para pesquisadores ou estudante de pós-graduação para desenvolver suas pesquisas; x. Fonte privada: VISA, GOOGLE, LORIEL, NATURA, etc., investe anualmente em empresas que estão dispostas a desenvolver pequenos negócios (INEPAD, 2018).

A captação de recursos não se limita, apenas a solicitar aporte financeiro, pode ser físico (doação de roupas, móveis e produtos) e humanos (voluntário).

3 METODOLOGIA

O trabalho consiste na abordagem qualitativa e natureza aplicada, ou seja, "É o tipo de pesquisa que se caracteriza pela relação entre pesquisadores e sujeitos que buscam resolver, ou entender, um problema determinado por meio de ações diretas". (CARVALHO, 2019, p.45).

Também é uma pesquisa de objetivo explicativo, utilizando procedimento documental e bibliográfico com levantamento de dados, sobre a captação de recursos financeiros privado, via chamada pública (edital) pela organização da sociedade civil com enfase na organização social (OS), desenvolvida pelas associação de base comunitaria, a ser desenvolvida no municipio de Barra do Bugres-MT, próximo ao Território Indígena Umutina, que desenvolve a atividade agrícola e agropecuária, podendo inclusive acessar linhas de crédito disponibilizadas pela agência a pessoas físicas, jurídicas e cooperativas.

Os dados da pesquisa foram colhidos via consulta à direção da ASCOMAC através do projeto Fortalecimento da Organização de base Comunitária: Formação de recursos Humanos

[9] Art. 538. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. Artigo 538 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

e tecnológicos e dados da I Convocatória de Projetos 2021, apoio a Grupos de Base no Enfrentamento da COVID-19 Programa Fortalecendo, desenvolvida no período de maio de 2021 a maio de 2022, prazo final para entrega de relatório das atividades finais - prestação de conta a Fundo Casa Socioambiental.

E também do projeto Fartura de Alimento Saudável para as Comunidades do Povo Umutina e Outras Comunidades da Região, apresentada na Chamada para o Apoio a Projetos Locais em Territórios Indígenas no Mato Grosso – MT, *REDD EARLY MOVERS MATO GROSSO* (REM MT) através do Subprograma Territórios Indígenas - linha temática 4: Produção e Coleta para Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, articulada com a Linha Temática 5 Geração de Trabalho, Renda e Comercialização. Os dados colhidos deste projeto iniciam em janeiro de 2022 e terminaram em novembro de 2023. periodo de execução do projeto e relatorio final ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

4.1 HISTÓRICO E SITUAÇÃO DO POVO BALTIPONE – ALDEIA UMUTINA

A aldeia Águas Correntes, localiza – se a 8 Km da aldeia Umutina e faz divisa com o município de Denise no estado de Mato Grosso, fundada em 2007, pelo Sr. Paulo Apodonepá com o propósito de expansão territorial e do desenvolvimento do potencial nativo e naturalizado, existente no território. Possui uma população de 30 (trinta) pessoas (membros e moradores) que vivem basicamente da caça, pesca, lavoura, artesanato, beneficiário da previdência social e assistência social e servidor público.

O artesanato é uma da principal fonte de renda que movimenta a economia local da maioria da população. Possuem uma infraestrutura física que compõe de 15 (quinze) edificações, das quais inclui 5 (cinco) casas habitadas; 2 (duas) casa desabitadas; 6 (seis) edificação em fase de construção; um poço com 20 metros de profundidade que abastece a aldeia, construído com recurso privado; 1 (um) porto que dá acesso ao córrego 18 (dezoito), utilizado pelos moradores locais e visitantes, além de ser um ponto de lazer turístico; estrada de chão que dá acesso a aldeia e ligação com demais localidades. Além de um cenário natural de campo, babaçu, mata silvestre e diversos animais e aves silvestres, fazem parte da paisagem local e um forte potencial turístico, ligada ao etnoturismo e ecoturismo.

No entanto, para desenvolver com eficiência o potencial local da comunidade e do território, seja no setor da produção da cultura material e imaterial, agricultura e agropecuária, turismo, educação, tecnologia de informática e infraestrutura, torna-se necessário adotar diversas medidas, através de programas, projetos e ações do governo, conforme diretrizes e competência da administração pública direta e indireta.

Na produção do artesanato há uma escassez de recursos humanos para confecção do artesanato sob o viés comercial, além de matéria prima, usado na confecção das peças artesanais, das quais cestarias, plumagem, arco e flecha.

No entanto, essa atividade tem sofrido impacto negativo, fruto da diminuição gradativa de matéria prima que sustenta as atividades produtivas (artesanato) da população como a principal fonte de subsistência e renda. Assim, vivem diante de um cenário desconfortável para a existência enquanto povo.

Há muito tempo os artesãos indígenas Balatiponé produzem e comercializam sua produção nas lojas do ramo, evento local, regional e nacional em pequena e média quantidade em varejo e atacado para sobrevivência. No entanto, a entrega em atacado faz com que os artesãos se desloquem da aldeia para os centros urbanos, o que requer despesas de passagem terrestre, alimentação e hospedagem, dependo do local da entrega.

A renda da comercialização, acaba sendo mínimo, pois, grande parte fica na despesa de viagem (ida e volta), comprometendo o orçamento do artesão indígena, conseguindo, apenas para pagar conta já contraída, não sobrando para futuro investimento e o forçando a buscar novos recursos financeiros para continuar produzindo o artesanato, que inclui a compra de semente, pena, barbante e demais matérias-primas, ocasionando dificuldade para continuar a atividade.

Na pesca, a produção nos últimos tempos tem ficado escasso, devido à pesca predatória nos rios de Mato Grosso, tendo ocasionado impactos ambientais, colocando em risco várias espécies nativas e a própria manutenção da presente e futura geração. A proteção dos recursos pesqueiros faz-se necessário, principalmente no período de sua reprodução – piracema. No entanto, a proibição interfere na forma de organização social do grupo indígena Umutina/Balatiponé, que detém na atividade a principal fonte de subsistência[10] ligada à pesca tradicional e suas transformações, nos rios (Paraguai e Bugre) e lagos interno da reserva indígena Umutina.

O povo indígena Balatiponé sempre viveu da extração dos recursos naturais, dentre as quais o peixe. Essa realidade pode ser percebida em vários registros ilustrativos, sendo que durante muito tempo a pesca é feita de forma artesanal, como se vê em uma das modalidades de pesca tradicional, principalmente no período da seca em Mato Grosso, propriamente entre os meses de junho a setembro. É uma prática tradicional da comunidade. Esta modalidade de pesca é realizada no período da baixa do rio Paraguai, sofrendo inovação na prática da pesca durante o processo histórico do contato com não indígena.

A limitação da norma sobre a atividade de pesca tem reduzido a fonte de renda da comunidade indígena que depende da atividade como fonte de subsistência e renda, considerando que nem todos os membros da comunidade possuem outra fonte de renda, senão através dos recursos naturais, como a caça, pesca e o artesanato e sem opção, passa a intensificar a pesca no período proibido pela legislação ambiental, protegendo um dos direito – ambiental e desprotegendo o outro direito –indígena. Ação que levou parcela de moradores da comunidade indígena a migrarem para os centros urbanos em busca de nova perspectivas de vida e ao mesmo tempo enfrentando novos problemas, fruto da ineficiência do governo como ocorrido na década de 1970.

Neste contexto, nasce a formalização da Associação da comunidade Umutina – ASCUM, fundada em 09/08/2004[11], é uma organização civil, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, credo político ou religioso e com duração ilimitada, com sede na aldeia Umutina, no município de Barra do Bugres/MT, visa fortalecer o espirito social e associativo entre os moradores da comunidade[12], numa concordância de união dos mesmo em torno de interesse comum. Na raiz de suas propostas encontra-se uma nova pedagogia, profundamente

[10] LUCIANO. Gérsem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;: LACED/Museu Nacional, 2006. p.199.

[11]"Instrumentos de luta na defesa e promoção dos direitos étnicos" (FERNANDES et.al., 2011, p.394).

[12] (...) "já se atentava para o peso que tinham os processos de socialização (educação) na configuração da organização social" (GENTIL & FERRO, 2020, p. 174). "Também (...) verificado que as diferentes organizações sociais lidam de formas diferenciadas com seus processos educativos, institucionalizados ou não" (GENTIL & FERRO, 2020, p. 174)

humanizadora e solidária - enquanto base fundante de um projeto de sociedade livre e democrática.

Para concretizar a visão e missão, estabeleceu objetivos: a) Incrementar a organização comunitária, com estratégias de resiliência social, fortalecendo a gestão da organização indígena, que incluem a elaboração e execução de projetos ligado ao desenvolvimento social[13] e sustentável; b) fomentar o uso de tecnologias sustentáveis na comunidade indígena como num modelo de sistemas agroflorestais; c) promover o turismo de base comunitária numa perspectiva de estabelecer ponto turístico, valorizando a natureza, a cultura e a produção artística e agrícola; d) promover a formação profissional da comunidade com foco nos jovens indígenas.

Assim após a criação da associação e, em conformidade com os objetivos pré-definido no Estatuto Social da Entidade, no ano de 2006 foi elaborado o primeiro projeto agrícola desenvolvido na aldeia Umutina na produção de melancia, entre outros produtos, além de ação social na distribuição de cesta básica doada por instituição privada de ensino superior – Unicen/Unic.

No ano de 2009, a organização paralisou as atividades, devida inexperiência administrativa da diretoria, além da falta de orientação e acompanhamento de assistência técnica de advogado e contador e, principalmente pela falta de contribuição dos associados.

Após um longo lapso temporal realizada no dia 13 do mês de setembro do ano de 2020, às 8:30 horas, na aldeia Águas Correntes – Território Umutina, município de Barra do Bugres/MT, reuniram-se em Assembleia Geral os sócios da Associação para discussão de assuntos que consta da seguinte pauta: (a) regularização da associação; b) eleição da diretoria e conselho fiscal; c) discussão e aprovação do projeto de alteração do Estatuto Social; d) outros assuntos da diretoria. Na ocasião foi explicado aos presentes sobre os motivos da paralisação dos trabalhos da associação.

A reabertura da seara pública, criou condições para a nova Associação Comunitária da Aldeia Águas Correntes – ASCOMAC, nome foi alterado nesta Assembleia e elaborados projetos vinculados à política pública das três esferas do governo intrínsecas a proposta da entidade

Esclarece a suma importância da reativação da associação como instrumento de organização para melhoria da qualidade de vida dos associados e da população em geral. Fruto de trabalho coletivo, podendo ser atingido pela elaboração de projetos de natureza socioeconômicos a comunidade indígena, além de representar nas negociações interna e externas, contribuindo para a construção da autonomia e autodeterminação do povo indígena Balatiponé. A partir da formação técnica de recursos humanos, tecnológicos e pelo acesso a políticas públicas de governo nas três esferas (federal, estadual e municipal).

Após o processo de formalização da instituição comunitária representativa se constitui de forma antagônica pela morosidade dos requerimentos apresentados e protocolados nos órgãos competentes, no caso especifico, o Cartório do 2º Ofício de Barra do Bugres, e dentro de suas atribuições contém o Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

[13] "Procuram desenvolver projetos que compreendam a afirmação de identidades étnicas das comunidades e representam os indígenas em negociações internas e externas, contribuindo para a construção da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas". (FERNANDES et.al., 2011, p.394).

Para manter a Associação o povo indígena escolheu abraças os editais de financiamentos nas quais pudessem se encaixar com apoio a grupos de base comunitária de fortalecimento as comunidades locais.

No entanto há editais que estabelecem em sua estrutura operacionais, duas fases sendo edital nacional e local (regionais e estaduais): a primeira com dimensão nacional abrangendo participação das organizações de todos os estados brasileiros a concorrer o certame. O aporte num primeiro momento possibilita que diversas organizações brasileiras apresentem suas propostas, porém poucas são selecionadas devidos valores orçamentários disponibilizado pelas instituições de fomento, previsto no edital.

Destaca-se a I Convocatória de Projetos 2021 – Apoio a Grupos de Base no Enfrentamento da COVID-19 – Programa Fortalecendo Comunidades. De acordo com a I Convocatória de Projetos (2021)

> [...] a metodologia para a recuperação da renda impactada pela COVID-19, bem como meios para desenvolver negócios e empreendimentos[14] locais e ações que fortaleçam as organizações, contribuam com sua sustentabilidade econômica", "são necessários recursos adicionais externos (SANTOS et.al. 2008, p.3).

Ainda de acordo com o edital "será dada prioridade às organizações que representem ou apoiem as comunidades indígenas" e "cria-se formas de crescer e atender suas necessidades, de modo que algumas têm suas particularidades e diferenças, dependendo das circunstâncias" (SILVA & GOMES, 2022, p.17).

Neste edital identificou-se que nas três linhas de apoio as organizações indígenas tiveram acesso para apresentar suas propostas, vindo de diversas parte do território brasileiro.

Sendo que cada organização optou pela linha de apoio que fosse adequado à sua realidade, a Aldeia Águas Correntes optou pela linha 3 – Fortalecimento institucionalmente organizações estratégicas nos territórios, mas especificamente na aquisição de equipamentos para facilitar o trabalho à distância, conforme demonstrado neste capítulo ainda.

A chamada priorizou organizações que não possuíam projeto em execução com o Fundo Casa, o que possibilitou demais organizações a participarem do certame, inclusive serem contempladas. Demonstrou atenção especial em projetos que contemplem a participação de mulheres, além de preocupar em evitar a propagação do coronavírus, rejeitando projetos que visassem aglomerações como por exemplo oficinas.

Neste edital, especificamente, o período de recebimento das propostas compreendeu a data de 28/01 a 28/02/2021 e as propostas selecionadas, prevista para serem divulgadas em 30/04/2021 e implementação entre maio de 2021 a maio de 2022. Ou seja, as organizações beneficiadas ficam aguardando a liberação do recurso para início de suas atividades e que, na maioria dos casos, chega com atraso prejudicando as ações da entidade.

São procedimentos preliminares que nascem do recebimento, avaliação e seleção da proposta pelas instituições de fomento a projetos. Seguida da operacionalização do projeto, que vai desde reuniões periódicas, compra de insumos e equipamentos, à contratação de recursos humanos pela organização social.

[14] Apresentamos o empreendedorismo sobre o enfoque indígena, *"que buscam a geração de renda e a manutenção de suas tradições, por meio do empreendedorismo"* (Silva & Gomes, 2022, p.3).

O número de proponentes e de propostas apresentadas[15] à chamada foram[16], num total de 527 propostas, distribuídas nas três linhas de apoio da chamada. Destas foram aprovados 78 projetos, que juntos somaram R$ 2.264.787,69 em apoio financeiro. Iniciativas aprovadas oriundas de vários estados. Dentre as organizações beneficiadas do estado de Mato Grosso, destacamos a Associação Comunitária da Aldeia Águas Correntes.

A partir de incentivo e estímulo à proponente a apresentar suas propostas aos editais, inclusive urge como demanda aos governos locais em promover políticas públicas por intermédio dos editais. Já que há pouca iniciativa desse porte no estado de Mato Grosso, conforme levantamento identificado.

Um dos editais que contemplou o estado de Mato Grosso foi o 33º edital PPP-ECOS (Edital Cerrado) lançado em março de 2022; Alianças Pulsantes e Vozes pela Ação Climática Justa da *Fundación Avina*, lançada em outubro de 2022, são exemplos de iniciativas que contemplaram Mato Grosso pelos editais de fomento aos projetos de base comunitário via associação.

Algumas iniciativas da Associação passaram a ser propostas, como foi o caso da I Convocatória de Projetos 2021 – Apoio a Grupos de Base no Enfrentamento da COVID-19 – Programa Fortalecendo Comunidades, lançada 28/01 a 28/02/2021 período para recebimento das propostas e divulgação de resultado das propostas selecionadas até 30/04/2021, no site do Fundo Casa e comunicação via email. Uma vez aprovados, os projetos deveriam ser executados de maio de 2021 a maio de 2022, correspondendo um período de quatro meses entre o lançamento do edital e o desembolso.

Projeto selecionado pelo Fundo Casa Socioambiental - I Convocatória de Projetos 2021 – Apoio a Grupos de Base no Enfrentamento da COVID-19 – Programa Fortalecendo Comunidades

É uma organização que busca promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, por meio de apoio financeiro às iniciativas da sociedade civil na América do Sul, seja no meio rural e urbano.

O Fundo Casa lançou em 2021, a chamada de apoio a grupos de base no enfrentamento de emergências climáticas provocadas a partir de incêndios florestais. Foram apoiadas 52 brigadas, associações comunitárias e tradicionais para estruturação e fortalecimento de brigadas de combate aos incêndios, manejo integrado de fogo, etc.

O valor da chamada correspondeu a R$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais), e foram apoiados 34 (trinta e quatro) projetos de até 30.000 (trinta mil reais) cada. As regiões contempladas foram Amazônia, Cerrado e Pantanal que sofreram com incêndios intensos entre 2020 e 2021.

O projeto fortalecimento de organização de base comunitária: formação de recursos humanos e tecnológicos na linha 3 do edital sobre: **Fortalecer institucionalmente organizações estratégicas nos territórios,** visando aquisição de equipamentos para facilitar o trabalho à distância, conforme transcrito no edital da chamada: I Convocatória de Projetos 2021

[15] (..) " e encaminhados para determinadas instituições nacionais ou internacionais provedoras de recursos financeiros" (SANTOS et.al, 2008, p.1).
[16] (...) "já que mais organizações dessa natureza surgem a cada ano e as instituições financiadoras não tendem a surgir na mesma proporção" (SANTOS et.al, 2008, p.1).

– Apoio a Grupos de Base no Enfrentamento da COVID-19 – Programa Fortalecendo Comunidades.

A aldeia Águas Correntes teve sua proposta aprovada e executada *in locus*. No dia 29 de abril de 2021 foi submetido um projeto de fortalecimento da organização de base comunitária: formação de recursos humanos e tecnológicos ao Fundo Casa Socioambiental, que possibilitou a instalação de uma torre de internet na aldeia Águas Correntes.

A associação comunitária da Aldeia Águas Correntes – Território Indígena Umutina apresentou à organização Fundo Casa Socioambiental o projeto para a instalação de uma torre de internet na comunidade.

Aprovado através da Chamada de Apoio Emergencial no enfrentamento da Covid-19, do Fundo Casa, a torre de internet foi instalada na aldeia Águas Correntes, território indígena Umutina, próximo ao município de Barra do Bugres.

> A implantação dessa torre na aldeia Água Correntes é de suma importância para o fortalecimento da organização indígena, já que é um instrumento tecnológico importante para comunicação com o mundo externo. É uma ferramenta indispensável para que possamos desenvolver um bom trabalho, para que possamos prestar serviço a nossa comunidade, ao nosso território, com eficiência", destaca o gestor de projeto (Diário da Serra, outubro 2021).

Ainda de acordo com o gestor do projeto, o sinal de internet não alcança todo o território, dada a dimensão do espaço que é de 28.120 hectares, mas alcança todos moradores nas proximidades da aldeia Água Correntes, "Nos manterá informados, capacitados, qualificados e conectados com o mundo" (Diário da Serra, outubro 2021).

A proposta, visou potencializar a organização de base comunitária que depende do recurso necessário para o desenvolvimento de suas ações, que enfrenta limitação, principalmente por não dispor dos recursos tecnológicos que permite desenvolver os trabalhos com eficiência. E passa a deslocar para o centro urbano em busca de prestação de serviços (internet, impressora, etc) que poderia ser desenvolvida na própria sede da organização, além de beneficiar os alunos da aldeia em suas atividades escolares.

Os benefícios são inúmeros e correspondem à elaboração e execução de projetos coletivos, reunião via online (live), a divulgação de produtos e serviços comunitários, produção agrícola, turístico, etc).

Após a operacionalização do projeto foi elaborado um relatório final entregue no dia 19/05/2022 ao Fundo Casa Socioambiental, incluindo fotos, publicação com informação geral da proponente responsável pelo preenchimento do formulário (relatório), sobre o projeto, valores financiados e número do contrato, linha de apoio.

O projeto ao ser aprovado pelo Fundo Casa e feito o trâmite burocrático e depósito na conta bancária da Associação da Comunidade Águas Correntes, os administradores da entidade, prosseguiram na execução do projeto.

O apoio emergencial se apresentou de suma importância para o fortalecimento da organização para o enfrentamento da COVID-19, já que a organização não disponibilizava de equipamento que possibilitasse desenvolver trabalho à distância, de comunicação virtual, envio de correspondência via correio eletrônico, etc, mantendo o isolamento social, evitando proliferação do vírus. Sem, no entanto, paralisar as atividades, desenvolvida de forma *online e home office*.

Sob o temor da Covid-19 e a orientação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Distrito Sanitário Especial de Saúde indígena (DSEI), a comunidade passou a adotar medidas de prevenção, que foi a construção de barreira sanitária na entrada do território Umutina, entre outras ações. A articulação dos líderes indígenas para desenvolver estratégia de enfrentamento à pandemia, foram desenvolvidas por meio da tecnologia digital (celular, internet), usando a tecnologia do *wifi*, muito precário no território. O projeto da torre de internet supriu a carência da internet sem fio e passou a contribuir melhor na articulação do enfrentamento a doença.

Programa REM - *Redd Early Movers*

O programa foi elaborado pela Cooperação Alemã, implementada pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* GmbH (GIZ) no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Bilateral entre a GIZ e o estado de Mato Grosso denominado REM Brasil (GIZ, 2022, p.02), apoiado pelo Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico do Governo da Alemanha (BMZ).

> O Programa remunera países ou jurisdições subnacionais que demonstraram resultados verificáveis na redução de emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento de florestas tropicais. Além dos recursos do Governo da Alemanha – por meio do BMZ e BMU (Ministério do Meio Ambiente) a iniciativa é apoiada também pelos governos da Noruega e Reino Unido no âmbito da aliança GNU (GIZ, 2022, p.06).

Nesta perspectiva o programa REM – REDD Early Movers criado em 2011 pelo Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) do Governo da Alemanha e lançado oficialmente em 2012, na Rio+20 GNU (GIZ, 2022, p.06).

No final de 2017 o estado de Mato Grosso (MT) também passou a ser beneficiado pelo REM, por ter promovido uma redução de mais de 90% do desmatamento no período 2004 a 2014 (GIZ, 2022, p.20).

Em 26 de janeiro de 2022 foi lançado a Chamada para o Apoio a Projetos Locais em Territórios Indígenas no Mato Grosso – MT, chamada de projetos 001/2022 *Redd Early Movers* Mato Grosso (REM MT) subprograma territórios indígenas. nesta chamada foi apresentado o projeto "Fartura de alimento saudável para as comunidades do povo umutina e outras comunidades da região", por intermédio da associação comunitária, aldeia Águas Correntes/ território indígena Umutina.

Na Linha Temática 4 - Produção e Coleta para Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional articulada com a Linha Temática 5 - Geração de Trabalho, Renda e Comercialização.

A proposta foi submetida em 13 de março de 2022, por meio do preenchimento do formulário eletrônico. Os resultados da Chamada e da seleção dos projetos foram divulgados no site do FUNBIO (www.funbio.org.br), com previsão para o final do mês de junho de 2022.

Em novembro foi firmado o contrato com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, associação civil sem fins lucrativos, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e a Associação Comunitária aa Aldeia Águas Correntes - ASCOMAC, associação civil sem fins lucrativos, qualificada com Organização Social – OS.

Após a formalização contratual entre as partes, em dezembro foi liberado o primeiro desembolso na conta da associação ASCOMAC e, em janeiro do ano de 2023, deu início a

operacionalização do projeto, em observância ao plano de trabalho, recurso disponível e manual de execução de projetos, firmada entre as partes – ASCOMAC e FUNBIO.

Desenvolvendo as primeiras atividades previstas no plano de trabalho do projeto no mês de janeiro de 2023 na sede da entidade, para tratar das ações do projeto "Fartura de alimento saudável para as comunidades do povo Umutina e outras comunidades da região", pautada sobre planejamento da área a ser utilizada; análise do solo; compras de mudas e sementes; preparo de terra e plantio, considerando o adubo necessário para a fertilização ou correção do solo.

Após reunião inicial de planejamento, aos seis dias do mês de fevereiro de 2023 as 15h do período vespertino na sede da instituição, foi efetivada a reunião subsequente da instituição – ASCOMAC, do respectivo ano (02/2023) e, contou com a presença dos associados (efetivos e fundadores) da entidade, comunidades e parceiro do projeto para discussão e deliberação de aquisição de mudas e sementes.

Da reunião ficou definida uma equipe responsável, inicialmente pela pesquisa de preços dos produtos em ambiente distinto no território indígena e cidades circunvizinhas, visando reduzir gastos e valorizando o comércio local e regional. O que permitiu identificar fornecedores nas proximidades do local de implantação do projeto e efetivação da entrega *in locus*, dos insumos agrícolas (mudas, sementes, etc.).

O passo subsequente consistiu no preparo da área para o cultivo, considerando o adubo necessário para a fertilização ou correção do solo, prevista no plano de trabalho (cronograma) do projeto Fartura de alimento saudável para as comunidades do povo Umutina e outras comunidades da região. Nesta fase foi realizado o preparo da área a ser cultivada e, preliminarmente, foram coletadas amostras de solo para conhecer sua fertilidade e necessidade de correção de acidez, encaminhadas ao laboratório de análise de solo.

A atividade e instrumento agrícola utilizados no preparo da área, contou com prestação de serviço de máquina e operador agrícola local e de comunidades vizinhas. No processo foram utilizadas três passagens de grade para descompactar o solo, sendo necessário apenas o desembolso com combustível e óleo hidráulico, previsto no orçamento do projeto. A fase seguinte concentrou no cultivo, previsto no plano de trabalho (cronograma) do projeto. Num primeiro momento foram cultivados milho, seguido de mandioca e banana.

O produtor indígena tradicional, orienta que se deve dar continuidade ao plantio em forma de mutirão com escala de trabalho entre os moradores e demais interessados em participar com o objetivo de fortalecer o trabalho coletivo entre os beneficiários diretos e indiretos do projeto. O plantio de milho se deu utilizando plantadeira de duas linhas. O cultivo da mandioca por sua vez contou com máquina plantadeira mecanizada. O plantio da banana, realizado de forma manual, se fazendo abertura no solo (berços/covas) com auxílio de cavadeiras.

Da forma de mutirão, são realizados os trabalhos de manejo de cada área de acordo com a demanda para cada trato cultural como limpeza, realizada principalmente pelos jovens indígenas das aldeias envolvidas, adubação de cobertura, desbaste e controle de pragas através de métodos alternativos. Utilizando armadilha especifica de controle de pragas, principalmente no cultivo de milho, sem contar com mudanças climáticas, precisa correr contra o tempo para que possamos plantar, já que estamos na reta final do período chuvoso. Sendo este um dos componentes necessários para que se tenha uma boa produção.

Elemento fundamental de nossa proposta, conectado à comercialização de produtos agrícolas dos produtores indígenas da aldeia e território Umutina, visa geração de renda por meio do escoamento do excedente. Oferecer alimentos saudáveis para o povo Umutina, bem

como para os moradores não indígenas das cidades próximas, através da comercialização em feiras, mercados, grupos coletivos de compras de produtos orgânicos e, para o governo via chamada pública.

Neste contexto foram contactados preliminarmente: compradores individuais na cidade, grupos de compra de produtos orgânicos, mapeou-se feiras na cidade próxima ao empreendimento, participar das atividades da Rede de Cooperação Solidária – Recoopsol e, contato telefônico e correio eletrônico, com o governo responsável pelo setor na compra de merenda escolar via programa governamental PNAE e PAA.

Resultado do projeto foi satisfatório na geração de diversos benefícios:

- Reuniões periódicas com a comunidade e parceiros, conforme registros em ata, para a contribuição de todas as pessoas envolvidas no projeto.

- Compra de mudas de banana de agricultores indígenas do território indígena Umutina, fornecidas via Associação Indígena Hokemana da comunidade *Massepô*, de mandioca de produtores externos e, outras espécies de mudas frutíferas (Limão thaiti, Limão galego, Limão Siciliano sacolinha, Pitanga, Pokan, Mexerica Bergamota sacolinha, Mexerica Fuxiqueira sacolinha, Laranja Kinkan sacolinha, Laranja Imperial sacolinha, Laranja Baía sacolinha, Laranja – lima, Abacate sacolinha, Manga Palmer sacolinha, Manga Adem sacolinha, Manga Bourbon Enxertadas, Jabuticaba no 18 litros, Jabuticaba Híbrida sacolinha) de empresa especializada de venda de mudas das respectivas espécies, bem como a aquisição de sementes de milho nos municípios circunvizinhos (Cuiabá/MT), correspondente a 5 sacas de milho de 20 kg por unidade, plantio de 1.794 mudas de bananas, 20 sacas de raízes de mandiocas e 140 mudas frutíferas.
- Preparo de 7 (sete) hectares de terra para o cultivo, considerando o adubo necessário para a fertilização ou correção do solo, prevista no projeto para o cultivo, conforme registro fotográfico da área para o plantio de milho, mandioca e banana, bem como o plantio das arvores frutíferas. Além de conservar as arvores nativas na área do cultivo.
- Plantar e cuidar. Na perspectiva da economia solidária, a Associação envolveu todos os 11 associados que pertencem à diretoria da associação - ASCOMAC, produtores e familiares de forma geral, além de acompanhamento de especialista na área agrícola do município de Barra do Bugres/MT e, além de assessoria técnica no processo de execução do projeto, desde a preparação da terra ao plantio e manejo de cada cultura.
- Contactou compradores individuais na cidade, grupos de compra de produtos orgânicos, mapeou feiras na cidade próxima ao empreendimento, participar das atividades da Rede de Cooperação Solidária – Recoopsol.
- Aquisição de equipamentos permanentes (veículo e farinheira móvel).

Assim, os três projetos analisados neste trabalho indicam que a comunidade Umutina está bem inteirada com a busca de financiamentos não reemboolsáveis, visto que a descrição dos projetos já instalados na comunidade trouxeram avanços significativos para todos os moradores e também para a vizinhança. Porém, as dificuldades também existam, mas são bem menores que os avanços alcançados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa do governo no incentivo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo, através de recursos não reembolsáveis é uma ferramenta fundamental para o pequeno produtor, que almeja potenciar a agricultura, investindo em tecnologia.

A produção, armazenamento, processamento e a comercialização do produto no mercado consumidor, vindo da agricultura familiar, reflete na valorização do agricultor e na geração de emprego e renda, tributação, previdenciária, trabalhista.

Como avanços e desafios propostos na pesquisa temos:

Avanços: Ter tido a consciência de refundar a associação e deixar a documentação toda em ordem para poderem participar do edital; Conseguir mobilizar o aldeia da importância de se trabalhar coletivamente para não precisar deixar a comunidade em busca de oportunidades na cidade; Conseguir internet para a comunicação da aldeia com o exterior num momento de dificuldades como foi no período da COVID 19.

Desafios: Dinheiro que precisa ser despendido para deixar a associação com a documentação atualizada; poucos editais para as comunidades situadas no estado de Mato Grosso; Poucos editais específicos para os povos mais vulneráveis como indígenas e quilombolas etc.

Quanto ao objetivo geral, foi atingido com sucesso, pois conseguiu-se acompanhar o projeto de captação de recursos não reembolsáveis do Fundo Casa para a ASCOMAC e programa REM/MT, desde seu nascimento e termino no projeto, apresentando resultado material e imaterial: instalação da torre de internet que favoreceu toda a comunidade, principalmente as crianças que estavam em casa no período da pandemia e tiveram suas aulas suspensas presencialmente.

A comunidade como um todo foi contemplada com o projeto, que se mostrou ter a perspectiva de ética humana e de autogestão das pessoas envolvidas com a associação.

Os desafios de realizar uma pesquisa nunca são tão fáceis. Exigem leituras, pensamento crítico, organização. Nem sempre, com os afazeres diários com família, comunidade, associação, aulas, é possível dispender o tempo necessário, entretanto, o pesquisador não poupou esforços para que a pesquisa tenha ocorrido da melhor forma possível.

A pesquisa também deixou lacunas para serem estudadas em novas pesquisas, como por exemplo, ter mais organizações que possam ter utilizado recursos não reembolsáveis para estudar novos casos e verificar se as dificuldades e aprendizagens foram próximas ao que a Aldeia Águas Correntes teve. Ou então, verificar se associações e cooperativas de outros grupos vulneráveis têm outras fontes de recursos e como lidam com a questão da autogestão desses recursos.

REFERÊNCIAS

ANPEI, captação de recursos para a inovação. Disponível em https://anpei.org.br/captacao-de-recursos-para-a-inovacao/. Acesso em: 16 abril, 2023.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. História, São Paulo, v. 30, n. 1, pp. 349-371, 2011.

CARVALHO, L. O. et al. Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019, 83 p.

MONZILAR FILHO, Hélio. UMUTINAS – ALDEIA INDÍGENA ÁGUAS CORRENTES RECEBE TORRE DE INTERNET. Diário da Serra, Tangará da Serra. OUT 2021

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al território". Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, 2015.

FERNANDES, Edimar Antonio; SILVA, Almir Vital da; BELTRÃO, Jane Felipe. ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TEMBÉ DE SANTA MARIA DO PARÁ (AITESAMPA): UM RELATO SOBRE A LUTA POR DIREITOS ÉTNICOS. Amazônica 3 (2): 392-406, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/774. Acesso em 21 de dez. 2022.

FRANK, E. M.; SERAFIM, M. C. Captação de recursos não reembolsáveis: dificuldades e limitações das entidades assistenciais de Criciúma-SC. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 13, n. 53, 2008. DOI: 10.12660/cgpc.v13n53.44179. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/44179. Acesso em: 13 ago. 2023.

Las-Casas, A. L., Teske, R., Silva, S. C., & João, B. do N. (2021). Experiências de captação de recursos e a interface com o marketing social: estudo de caso no Núcleo Social de Diadema. *Interações (Campo Grande)*, *22*(2), 513–530.

10 Anos de Experiência do Programa REM – REDD Early Movers: Lições do Acre, Mato Grosso (Brasil), Colômbia e Equador. Brasília: GIZ & KFW. Disponível em < https://www.giz.de/en/worldwide/73743.html>. Acessado em 13 ago. 2023.

IBGE, 2010. Disponível em:< www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm>. Acessado em 12 dez. 2022.

LIMA, Stella Telles Pereira. A Língua Umutina: "um sopro de vida". LIMA, Stella Virgínia Telles de Araújo. A língua *Umutina*: um sopro de vida. Letras digitais – Teses e Dissertações originais em formato digital. UFPE, RECIFE, 1995.

LUCIANO. Gérsem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;: LACED/Museu Nacional, 2006. p.199.

SANTOS, Nilceia Cristina dos et. al. CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO PARA OS DOADORES E BENEFICIÁRIOS DOS PROJETOS SOCIAIS. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 75-91, 2008. Disponível em: file:///D:/Usuario/Downloads/36623-Article%20Text-43160-1-10-20120808.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

SILVA, Midiã Naama Conceição da & GOMES, Francisco Edson. EMPREENDEDORISMO INDÍGENA: UMA REVISÃO DE LITERATURA INDIGENOUS ENTREPRENEURSHIP: A LITERATURE REVIEW. Rev. Empreendedorismo, negócios e inovação. S. B. do Campo, v.07, n. 01, janeiro – junho, 2022. Disponível https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/647. Acesso em 21 dez 2022.

SOUZA, Katiane de. 5 maiores desafios na gestão das organizações sociais - 2019. Disponível em: https://www.linkedin.com/pulse/5-maiores-desafios-na-gest%C3%A3o-das-organiza%C3%A7%C3%B5es-sociais-de-souza/. Acesso em: 16 abril 2023.